



*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

# Relatório e contas

do exercício de 2025



*Handwritten signature and initials*

## Índice

1. Enquadramento geral.....	2
2. Resultados e Balanço.....	3
2.1 Demonstração de resultados.....	3
2.2 Grau de sustentabilidade dos centros de atividade.....	12
2.3 A execução orçamental.....	13
2.4 Balanço e outros anexos.....	14
3. Proposta de aplicação de resultados.....	16
4. Nota final.....	16
5. Anexos.....	17

## Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Resultado Líquido.....	3
Gráfico 2 - Evolução dos rendimentos.....	4
Gráfico 3 - Origem dos rendimentos.....	4
Gráfico 4 - Rendimentos obtidos de organismos públicos.....	6
Gráfico 5 - Subsídios das entidades privadas.....	7
Gráfico 6 - IRS/IVA Consignado.....	8
Gráfico 7 - Evolução dos gastos.....	9
Gráfico 8 - Gastos: por natureza.....	10
Gráfico 9 - Gastos: por áreas de atividade.....	10
Gráfico 10 - Dinâmica de gastos por áreas de atividade.....	11

## Tabelas

Tabela 1 - Rendimentos.....	5
Tabela 2 - Gastos: principais rubricas.....	9
Tabela 3 - Sustentabilidade de principais áreas e centros de atividade.....	12
Tabela 4 - Execução orçamental.....	13

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

### JRS PORTUGAL – Serviço Jesuíta aos Refugiados – Associação Humanitária

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem a Direção do JRS Portugal apresentar o Relatório e Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

#### 1. Enquadramento geral

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal), presente em Portugal desde 1992, tem como missão «Acompanhar, Servir e Defender» os refugiados, deslocados à força e migrantes em situação de grande vulnerabilidade social, tendo como prioridade estar onde faz mais falta e onde mais ninguém está.

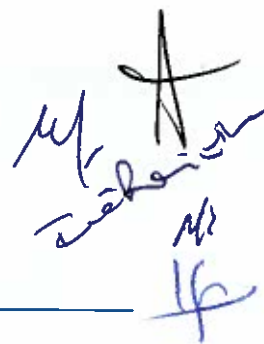
O ano de 2025 apresentou novos desafios, nomeadamente ao nível das alterações nas políticas públicas de acolhimento e de articulação interinstitucional. Apesar das dificuldades sentidas, o exercício de 2025 caracterizou-se pela estabilização e reforço da capacidade operacional do JRS Portugal. Após um período de ajustamento financeiro em 2024, o presente ano foi marcado pela execução eficaz de projetos estruturantes no âmbito do acolhimento e integração de refugiados e migrantes.

Num contexto de elevada exigência humanitária, a instituição conseguiu conciliar o crescimento da sua atividade direta com um rigoroso controlo dos custos de estrutura. Este equilíbrio permitiu não só recuperar a dinâmica de rendimentos, como também reafirmar o papel do JRS como um parceiro estratégico na implementação de políticas públicas e na mobilização da sociedade civil.

O presente relatório detalha esta evolução, evidenciando o compromisso da organização com a transparência, a eficiência e, acima de tudo, com a sua missão fundacional. O JRS Portugal mantém o firme propósito de prosseguir o seu caminho com rigor e dedicação, salvaguardando sempre a sustentabilidade futura das suas atividades.

Todavia, os desafios surgidos na negociação com alguns organismos públicos ditaram o encerramento de dois centros de acolhimento de refugiados no final de 2025, interrompendo a continuidade de projetos estratégicos. Acreditamos que esta será uma situação temporária, uma vez que o JRS mantém total disponibilidade para encontrar soluções que permitam uma reabertura célere e equilibrada, respeitando as preocupações de todas as partes envolvidas.

Agradecemos a todos os que ajudaram a concretizar a nossa missão em 2025, mantendo ativas as parcerias importantes com várias entidades públicas e privadas que tornam o nosso trabalho possível.



## 2. Resultados e Balanço

As demonstrações financeiras do JRS Portugal foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL), cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março (alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), na Portaria n.º 220/2015 e no Aviso n.º 8259/2015.

A análise constante neste relatório baseia-se no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos demais elementos contabilísticos preparados pelo Serviço de Contabilidade Interna do JRS Portugal. Este é o segundo ano consecutivo de gestão interna da contabilidade, após a transição da entidade externa responsável até 2023, a TABIL – Técnica de Contabilidade, Lda.

### 2.1 Demonstração de resultados

O **Resultado Líquido** de 2025 fixou-se em **-1 848,17 €**, um valor significativamente mais favorável do que o previsto no orçamento (- 41 400,00 €). Os fatores que contribuíram para este desempenho, embora ainda ligeiramente negativo, serão analisados detalhadamente nas secções seguintes.

A análise da evolução dos resultados líquidos dos últimos cinco anos (**Gráfico 1**) revela que o acentuado défice de 2024 foi uma exceção no histórico financeiro da instituição.

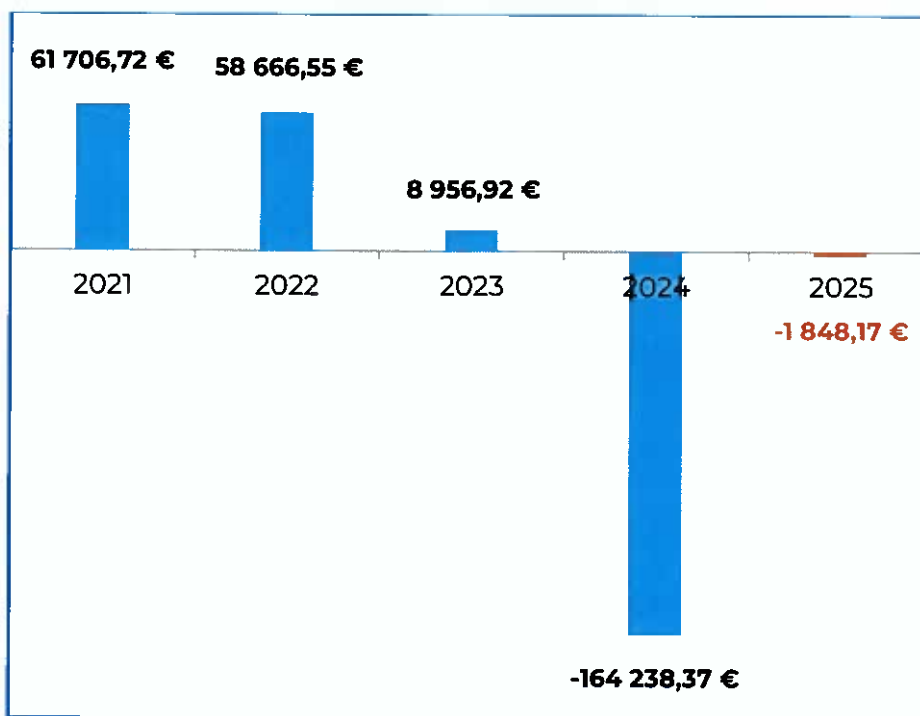
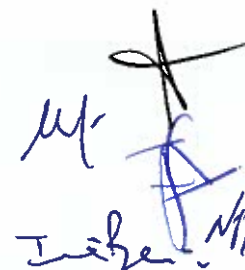
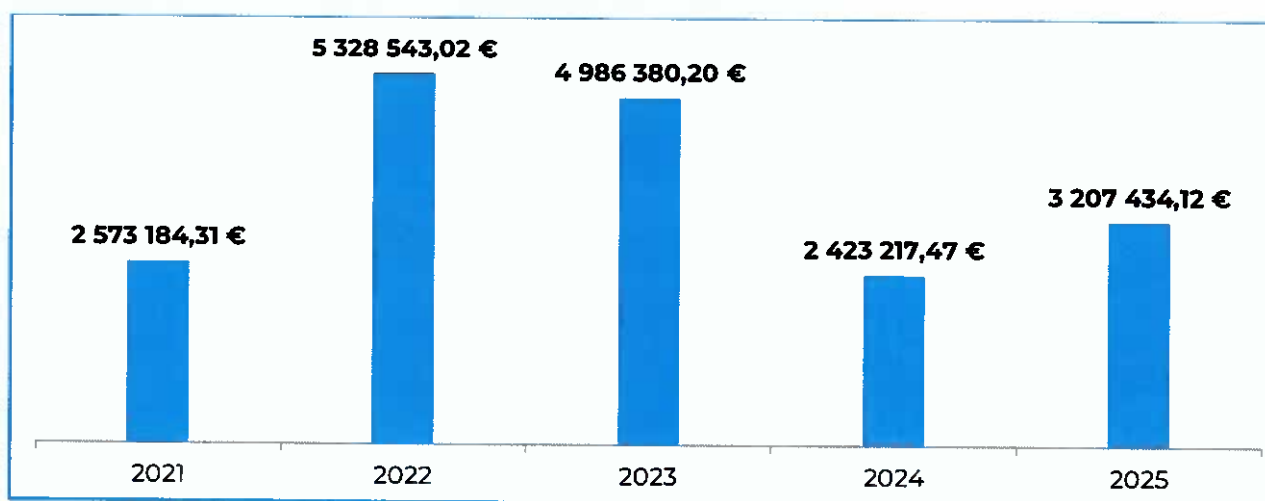


Gráfico 1 - Evolução do Resultado Líquido

  
 Inês

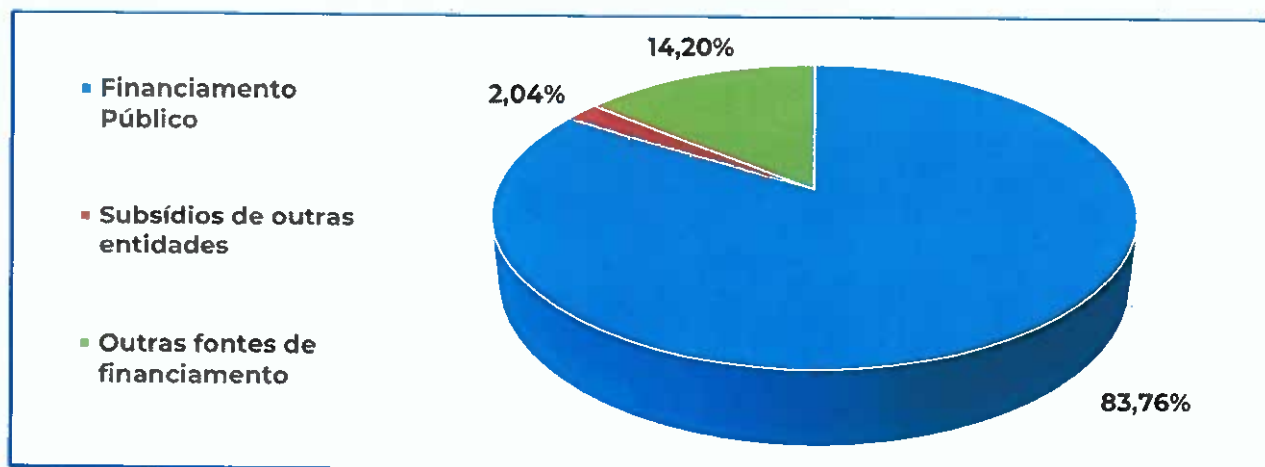
## Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2025 totalizaram **3 207 434,12 €**. Após uma tendência prolongada e estável de crescimento contínuo, verificou-se em 2024 uma quebra significativa de 51,4% nos rendimentos do JRS Portugal, face ao ano de 2023. Contudo, em 2025, o volume de rendimentos voltou a crescer, registando um aumento de **32,4%** face ao ano anterior. Esta dinâmica encontra-se ilustrada no **Gráfico 2 - Evolução dos rendimentos**.



**Gráfico 2 - Evolução dos rendimentos**

O **Gráfico 3** apresenta a distribuição das diversas origens dos rendimentos da instituição: financiamento do Estado, subsídios de entidades privadas e outras fontes, tais como donativos (em numerário e em espécie), consignação da quota IRS/IVA, ganhos financeiros, entre outros.



**Gráfico 3 - Origem dos rendimentos**

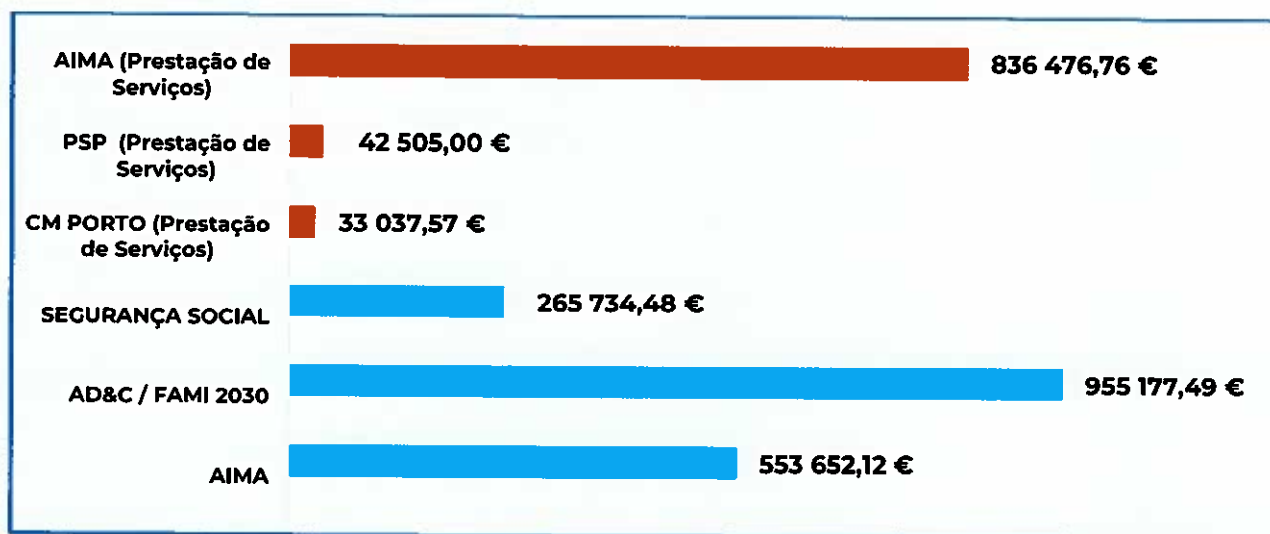
A **Tabela 1** detalha a estrutura dos rendimentos por natureza contabilística. Observa-se que os Subsídios à Exploração (Conta 75) constituem a principal fonte da receita da instituição, representando **71,23%** do total, seguidos pelas Prestações de Serviços (Conta 72) com **28,43%**.

Conta / Instituição	2025	%
<b>72 - Prestações de Serviços</b>	<b>912 019,33 €</b>	<b>28,43%</b>
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	836 476,76 €	
PSP - Polícia de Segurança Pública	42 505,00 €	
CM PORTO - Câmara Municipal do Porto	33 037,57 €	
<b>75 - Subsídios à exploração</b>	<b>2 284 496,85 €</b>	<b>71,23%</b>
<b>751 - Subsídios de Estado e outras entidades públicas</b>	<b>1 774 564,09 €</b>	<b>55,33%</b>
Instituto da Segurança Social, IP	265 734,48 €	
AD&C - Agência para Desenvolvimento e Coesão	955 177,49 €	
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	553 652,12 €	
<b>752 - Subsídios de outras entidades</b>	<b>65 490,09 €</b>	<b>2,04%</b>
JRS Europa	21 394,74 €	
JRS IO/USA	16 092,55 €	
BNP Paribas	28 002,80 €	
<b>753 - Donativos</b>	<b>406 035,77 €</b>	<b>12,66%</b>
Doações em numerário	141 407,84 €	
Entrajuda / Banco alimentar (doações em espécie)	15 043,80 €	
Grupo Jerónimo Martins (doações em espécie)	226 891,25 €	
Outras doações em espécie	22 692,88 €	
<b>754 - Consignação IRS/IVA</b>	<b>38 406,90 €</b>	<b>1,20%</b>
Consignação IRS/IVA	38 406,90 €	
<b>78 - Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>10 884,96 €</b>	<b>0,34%</b>
Outros	10 884,96 €	
<b>79 - Juros, dividendos e outros rendimentos financeiros</b>	<b>32,98 €</b>	<b>0,001%</b>
	<b>3 207 434,12 €</b>	<b>100%</b>

**Tabela 1 – Rendimentos**

*M. H.*  
*Tebeiro*

Os rendimentos provenientes de organismos públicos totalizaram **2 686 583,42 €**, o que corresponde a **83,76%** do total de rendimentos em 2025 (face a 76,85% em 2024). A sua distribuição detalha-se no **Gráfico 4**. Estes rendimentos derivam de acordos e protocolos, classificados como subsídios à exploração, bem como da prestação de serviços no âmbito de contratos celebrados com diversos organismos do Estado Português.



**Gráfico 4 - Rendimentos obtidos de organismos públicos**

Destaca-se, em primeiro lugar, a **Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)**, responsável por cerca de **51,7%** deste financiamento. Na modalidade de prestação de serviços (**31,1%** do total público), inserem-se projetos desenvolvidos em parceria com a AIMA, tais como: o projeto de Mediação Sociocultural (em vigor desde 2006), a Mediação EMAIMA (de 2024 até ao final de 2025) e o Projeto de Acolhimento de Espontâneos no Centro de Acolhimento em Vila Nova de Gaia.

Já no que respeita aos subsídios à exploração (**20,6%**), a AIMA financia o projeto *Comunidades de Hospitalidade* (através de *Lump Sums* para a reinstalação e recolocação de refugiados) e assume a responsabilidade pelo pagamento dos 25% da Contrapartida Pública Nacional (CPN) dos três projetos do quadro plurianual do **Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI 2030)** iniciados em 2024: *CLAIM 3.0*, *Acolhimento Norte-Sul* e *Palavras Cruzadas*. Estes dois últimos encerraram em dezembro de 2025.

Da **Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)**, que assumiu um papel central na coordenação técnica e na operacionalização do FAMI 2030 em Portugal, o JRS Portugal recebeu **35,6%** do financiamento público total, referente ao cofinanciamento de 75% dos referidos projetos pelo fundo europeu.

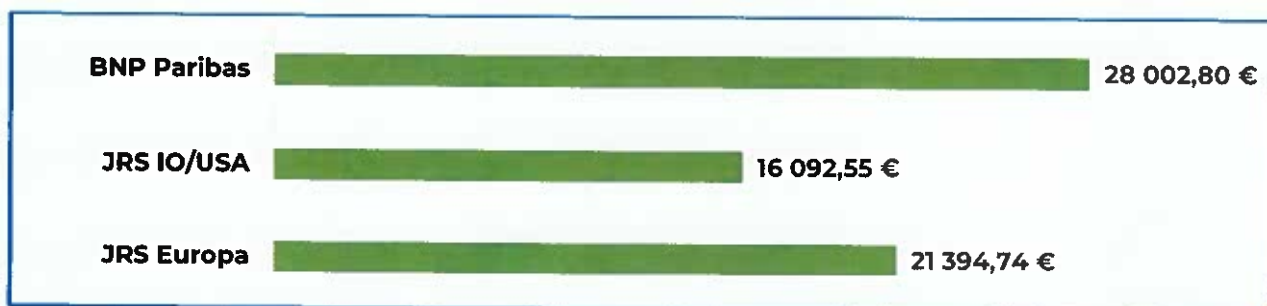
Importa referir que uma parte destes rendimentos (bem como a correspondente aos 25 % da CPN da AIMA) foi reconhecida como acréscimo de proveitos, de forma a imputar o rendimento ao período a que respeita, garantindo a especialização do exercício e a correspondência entre receitas e custos. Na prática, isto significa que estas verbas foram adiantadas pelo JRS Portugal através de fundos disponíveis e encontram-se ainda por receber, dependendo de validação. Este facto, embora não tenha tido um impacto significativo na gestão de tesouraria em 2025, poderá acarretar riscos no próximo exercício, dados os atrasos significativos da Autoridade de Gestão do FAMI 2030 na aprovação dos pedidos de reembolso dos projetos terminados. Esta situação foi devidamente acautelada na elaboração do orçamento para 2026.

O **Instituto da Segurança Social, IP** mantém-se como financiador (cerca de **10%**) das duas valências mais antigas do JRS, através de acordos atípicos.

As participações da **Polícia de Segurança Pública (PSP) (1,58%)** e da **Câmara Municipal do Porto (1,23%)** são menos expressivas em termos percentuais, embora seja reconhecida a grande importância dos projetos na Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) e de Mediação Sociocultural no Porto.

Dada a especificidade da área de atuação do JRS Portugal, torna-se complexo mitigar a forte dependência de fontes de financiamento público, sejam nacionais ou europeias. Contudo, é inquestionável que o reforço do acesso a fontes de financiamento não estatais permitiria aumentar a autonomia e liberdade da instituição na prossecução da sua missão.

No que respeita aos subsídios de organismos privados, o valor recebido em 2025 registou uma redução acentuada face a anos anteriores, totalizando **65 490,09 €** (em comparação com 234 389,50 € em 2024). Este montante representa apenas **2,04%** do total de rendimentos, o que se justifica pela execução de um número mais reduzido de projetos desta natureza em 2025. A distribuição desta componente não estatal encontra-se detalhada no **Gráfico 5**.

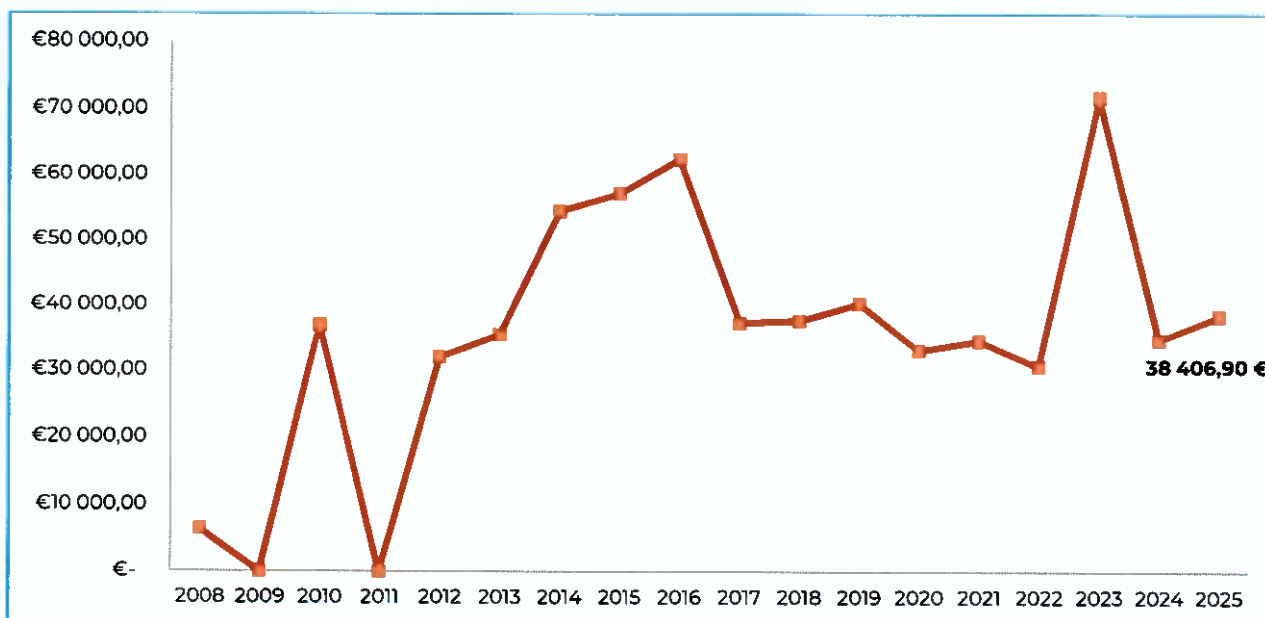


**Gráfico 5 – Subsídios de entidades privadas**

Entre as entidades privadas, destaca-se o **BNP Paribas** (cerca de **33%** do total privado), que financiou a segunda edição do projeto *Talents and Skills Academy*, cuja continuidade foi aprovada para o triénio 2025-2027.

No que diz respeito aos donativos, em 2025, foram reconhecidos a título de donativos **406 035,77 €**, o que representa **12,66%** do financiamento global da instituição (face a 11,64% em 2024). Este valor engloba donativos de particulares e empresas em numerário (**141 407,84 €**), incluindo verbas recebidas no período e montantes reconhecidos de diferimentos de anos anteriores (especificamente para o projeto de apoio a cidadãos ucranianos). O montante de donativos em espécie atingiu **264 627,93 €**, impulsionado sobretudo pela parceria com o Grupo Jerónimo Martins.

Quanto à consignação de quota do IRS/IVA, o valor de **38 406,90 €** superou em 10% a previsão orçamental inicial. O **Gráfico 6** ilustra a evolução histórica destes recebimentos desde 2008, fixando-se o valor médio anual, até 2025, em 40 169,35 €.



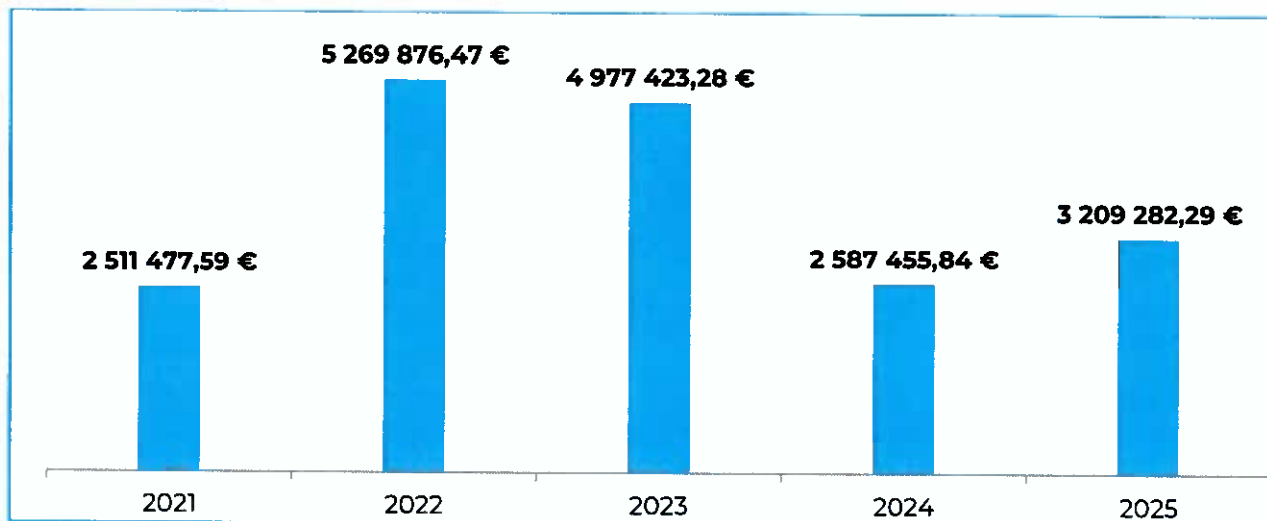
**Gráfico 6 – IRS/IVA Consignado**

Em síntese, pese embora a persistente dependência de fundos públicos, a evolução positiva dos rendimentos em 2025, aliada ao apoio crescente de doadores particulares, reflete o reconhecimento do impacto social do JRS Portugal; reafirma, simultaneamente, a sua capacidade de execução em projetos de elevada complexidade, como um parceiro estratégico e resiliente na realização de políticas de acolhimento e integração.

### Gastos

Os gastos no ano de 2025 totalizaram **3 209 282,29 €**, o que representa um aumento de **24%**, face a 2024. A dinâmica evolutiva dos gastos nos últimos cinco anos encontra-se ilustrada no gráfico seguinte.

*M. A.*  
*José M.*



**Gráfico 7 - Evolução dos gastos**

Relativamente aos gastos por natureza (**Tabela 2**), observa-se que as principais rubricas correspondem, tradicionalmente, aos Gastos com o Pessoal, que representam **69,30%** do total (face a 65,96% em 2024), e aos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), com **11,23%** (face a 13,00% em 2024).

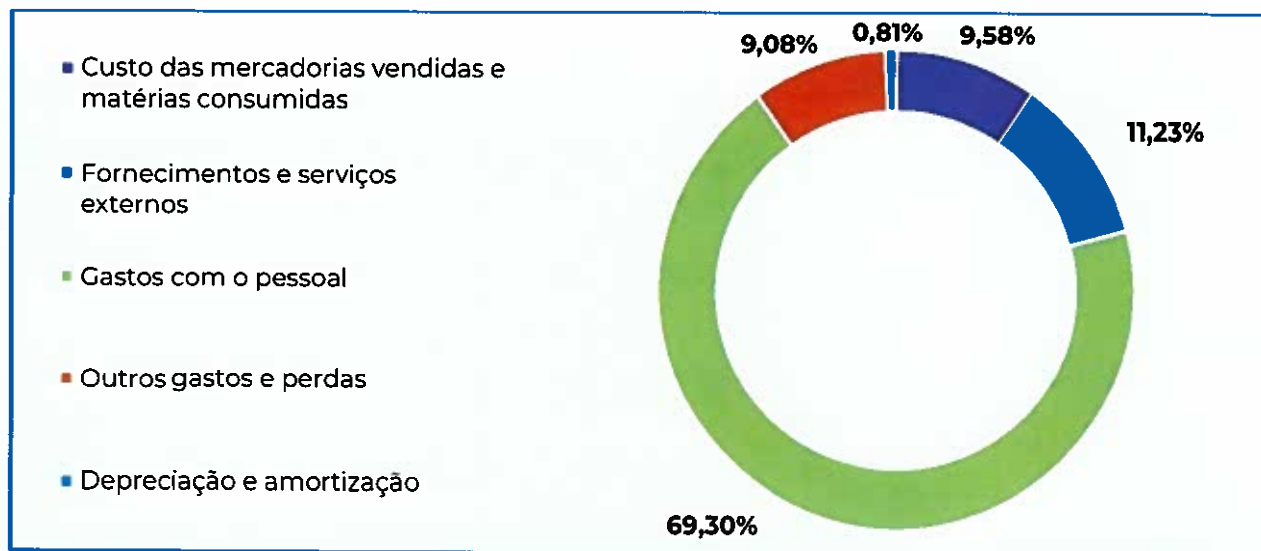
Devido à continuidade, ao longo de todo o ano de 2025, de projetos de acolhimento de refugiados — tais como o *Acolhimento Norte-Sul*, *Acolhimento de Espontâneos* e *Comunidades de Hospitalidade* — verificou-se um incremento na rubrica de Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que passou de 7,47% em 2024 para **9,58%** em 2025. Pelo mesmo motivo, a rubrica Outros Gastos e Perdas, que integra os custos diretos com o público-alvo, mantém-se significativa, embora tenha registado uma ligeira diminuição percentual, de 11,20% em 2024 para **9,08%** em 2025.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	307 447,81 €	9,58%
Fornecimentos e serviços externos	360 292,41 €	11,23%
Gastos com o pessoal	2 224 110,14 €	69,30%
Outros gastos e perdas	291 398,43 €	9,08%
Depreciação e amortização	26 033,50 €	0,81%
<b>Total</b>	<b>3 209 282,29 €</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 2 - Gastos: principais rubricas**

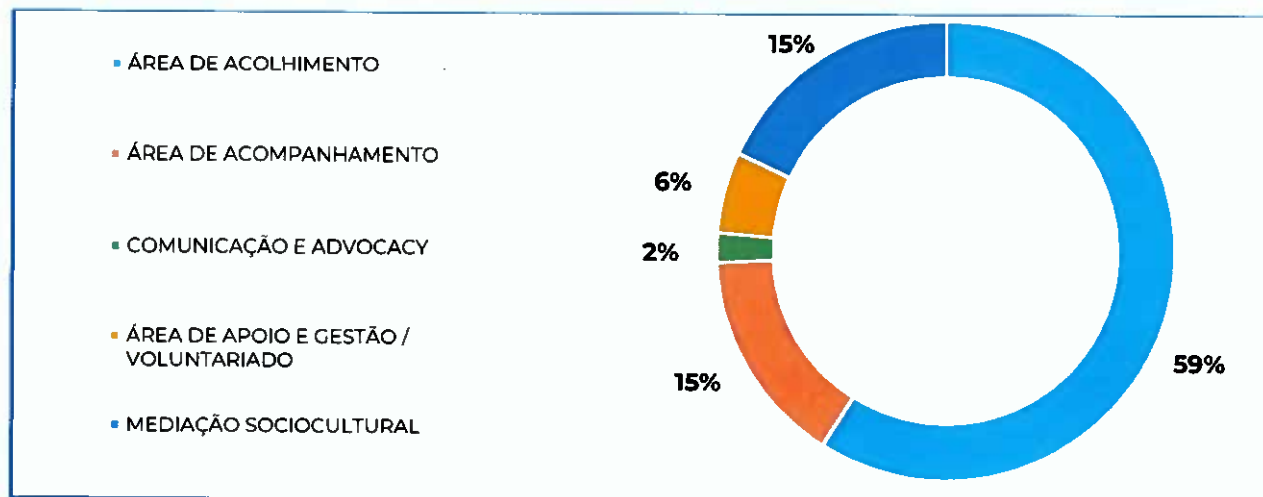
*M. J. Pereira*

O **Gráfico 8** apresenta a distribuição visual destes gastos por natureza.



**Gráfico 8 - Gastos: por natureza**

A distribuição dos gastos por área de atividade, em conformidade com o organograma do JRS em 2025, encontra-se detalhada no **Gráfico 9**.



**Gráfico 9 - Gastos: por áreas de atividade**

Observa-se que a área de **Acolhimento** registou o maior impacto na estrutura de custos da instituição, aumentando o seu peso relativo para **59%** (face aos 54% em 2024).

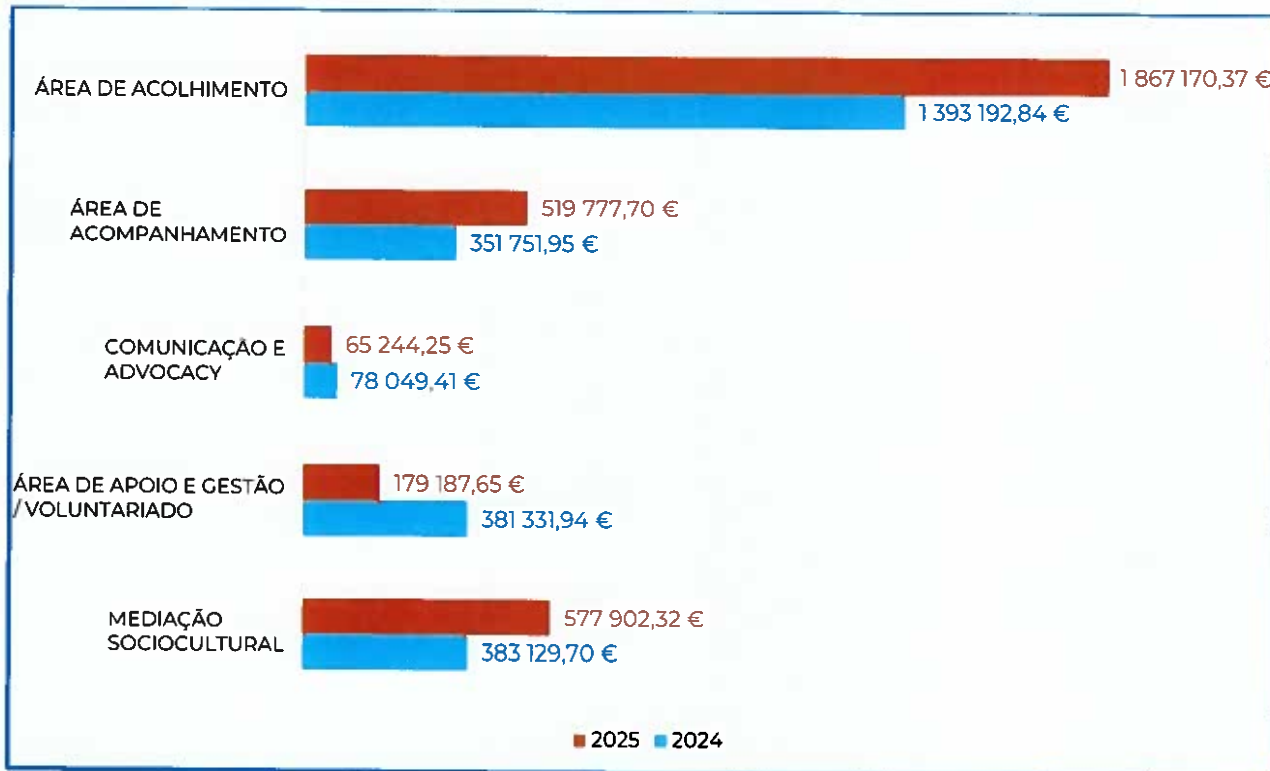
  
 M. J. [Signature]  
 [Signature]

O **Gráfico 10** ilustra o impacto da execução plena, durante todo o ano de 2025, da maioria dos projetos nas áreas de Acolhimento e Acompanhamento. Este fator reflete-se no aumento homólogo dos gastos nestas áreas (34% e 47%, respetivamente), uma vez que, em 2024, grande parte destes projetos apenas teve início no segundo semestre.

Por sua vez, a área de Mediação Sociocultural registou um acréscimo significativo de gastos (cerca de **51%**), motivado pela prorrogação, até ao final de 2025, da colaboração do JRS com a EMAIMA no atendimento a refugiados e migrantes, em substituição do encerramento inicialmente previsto para 31 de maio.

Em sentido inverso, verificou-se um decréscimo de **16%** nos gastos de Comunicação e Advocacy, fundamentado pelo menor número de projetos e atividades realizados nesta área durante o exercício de 2025.

Como indicador positivo da dinâmica financeira do JRS, destaca-se a diminuição de **53%** nos gastos das áreas de Apoio e Gestão face a 2024. O principal motivo para esta redução foi a otimização dos Recursos Humanos, com uma menor incidência de colaboradores sem cobertura financeira direta por projetos, os quais eram anteriormente assegurados por fundos próprios do JRS Portugal.



**Gráfico 10 – Dinâmica de gastos por áreas de atividade**

Em suma, a análise da dinâmica financeira de 2025 revela um desempenho positivo na gestão de recursos do JRS Portugal, destacando-se dois indicadores de sustentabilidade:

- Eficiência operacional: O aumento de **24%** nos gastos inferior ao aumento de **32,4%** nos rendimentos é um sinal de eficiência operacional e melhoria da sustentabilidade, pois as receitas cresceram a um ritmo superior às despesas.

- Otimização da Estrutura: A redução de **53%** nos custos de Gestão prova que a instituição está a conseguir canalizar mais verbas para a atividade direta (missão) e a reduzir os custos de estrutura.

## 2.2 Grau de sustentabilidade dos centros de atividade

Como é prática comum, analisam-se e comparam-se os gastos por valência com os respetivos financiamentos. A avaliação do grau de sustentabilidade de cada um dos centros de atividade encontra-se refletida na **Tabela 3**.

Rubricas	Despesas totais	Receitas			Saldo	
		Segurança Social	Outras	Total	Valor	%
VALÊNCIA Centro de Atendimento	161 724,07 €	121 200,36 €	0,00 €	121 200,36 €	-40 523,71 €	74,94%
VALÊNCIA Centro Pedro Arrupe (CPA)	441 496,58 €	144 534,12 €	248 687,24 €	393 221,36 €	-48 275,22 €	89,07%
VALÊNCIA OUTROS						
Área de Acompanhamento	425 303,56 €	0,00 €	465 255,09 €	465 255,09 €	39 951,53 €	109,39%
Área de Acolhimento	1 425 673,79 €	0,00 €	1 373 425,73 €	1 373 425,73 €	-52 248,06 €	96,34%
Mediação Sociocultural	577 902,32 €	0,00 €	656 663,00 €	656 663,00 €	78 760,68 €	113,63%
Comunicação e Advocacy	65 244,25 €	0,00 €	74 655,94 €	74 655,94 €	9 411,69 €	114,43%
Outros	111 937,72 €	0,00 €	123 012,64 €	123 012,64 €	11 074,92 €	109,89%
<b>Total</b>	<b>3 209 282,29 €</b>	<b>265 734,48 €</b>	<b>2 941 699,64 €</b>	<b>3 207 434,12 €</b>	<b>-1 848,17 €</b>	<b>99,94%</b>

**Tabela 3 - Sustentabilidade de principais áreas e centros de atividade**

Esta análise permite confirmar que, no caso das duas valências mais antigas do JRS Portugal – o Centro de Atendimento e o Centro de Alojamento Temporário "Centro Pedro Arrupe" (CPA) –, o financiamento via acordos atípicos com o Instituto da Segurança Social, I.P. permanece deficitário, à semelhança dos anos anteriores. Esta situação tem vindo a agravar-se, dado a crescente insuficiência das verbas previstas nos acordos face aos custos reais de operação. Deste modo, a viabilidade destas valências continua a estar dependente dos excedentes gerados por outras atividades da instituição e de parcerias estratégicas que permitem colmatar as lacunas de financiamento.

Na valência "Outros - Acompanhamento de projetos sociais", o défice registado na área de Acolhimento justifica-se, primordialmente, por ajustes na elegibilidade de despesas (considerados indevidos na ótica do JRS) efetuados pela Autoridade de Gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI 2030) no projeto *Acolhimento Norte-Sul*. Estes cortes resultaram na não cobertura de uma parte significativa dos gastos do projeto pelo fundo europeu, com a conseqüente redução da contrapartida pública nacional. O impacto negativo desta situação foi mitigado pelo superávit noutras áreas, nomeadamente pelas verbas recebidas á título de prestação de serviços na área de Mediação Sociocultural.

### 2.3 Execução orçamental

Na tabela seguinte apresenta-se, de forma sintetizada, a execução orçamental referente ao exercício de 2025:

Rubrica	Orçamentado	Executado	Grau de Execução
Rendimentos	3 591 900,00 €	3 207 434,12 €	89,30%
Gastos	3 633 300,00 €	3 209 282,29 €	88,33%
Resultado líquido	<b>-41 400,00 €</b>	<b>-1 848,17 €</b>	

**Tabela 4 - Execução orçamental**

Em resumo, importa salientar que a execução orçamental de 2025, tanto ao nível dos rendimentos como dos gastos, situou-se abaixo do previsto (10,70% e 11,67% respetivamente). O principal motivo desta subexecução prendeu-se com uma menor realização de atividades face ao planeado, com especial incidência nos projetos de acolhimento de refugiados.

Outro fator determinante que impediu o alcance dos volumes programados foi a ausência da abertura, por parte da AIMA, para o preenchimento da totalidade das vagas previstas no protocolo de colaboração na área de Mediação Sociocultural. Apesar de terem sido orçamentados gastos e



rendimentos para 26 mediadores, o JRS Portugal contou, na prática, com apenas 13 mediadores contratados — ou seja, metade da capacidade instalada do protocolo. Contudo, a prorrogação do projeto dos mediadores da EMAIMA até ao final de 2025 permitiu aumentar o volume financeiro com a AIMA, equilibrando, em parte, o défice de execução na componente mais antiga da área de mediação.

Constata-se que o grau de realização dos rendimentos (89,30%) superior ao dos gastos (88,33%) permitiu que o Resultado Líquido do exercício fosse substancialmente menos negativo do que o orçamentado, apresentando uma melhoria de **39 551,83 €** face ao previsto. Para este desempenho contribuíram, fundamentalmente, dois fatores:

1. Prestação de Serviços: A execução de alguns projetos sob a lógica de prestação de serviços permitiu uma gestão mais eficiente da relação entre verbas recebidas e gastos, assegurando a realização das atividades sem comprometer a sustentabilidade da instituição.
2. Opções de Custos Simplificados (OCS): A gestão eficaz dos «restantes custos elegíveis da operação» no âmbito dos projetos financiados pelo FAMI. A aplicação desta metodologia (taxa fixa sobre os custos diretos com pessoal) conferiu ao JRS maior flexibilidade na distribuição de verbas para atividades diretas e necessidades indiretas da instituição.

Por fim, permanece estratégica a manutenção de parcerias e doações em espécie. Embora não tenham um impacto direto no resultado líquido, estas são essenciais para colmatar lacunas de financiamento. Destaca-se, a título de exemplo, a parceria com o Grupo Jerónimo Martins, que permitiu mitigar o défice de financiamento do Centro Pedro Arrupe junto da Segurança Social.

Em conclusão, o rigor demonstrado na execução orçamental de 2025, aliado à flexibilidade na gestão de recursos e ao fortalecimento de parcerias estratégicas, posiciona o JRS Portugal com a estabilidade necessária para enfrentar os desafios operacionais do próximo exercício, garantindo a sustentabilidade financeira e a continuidade da sua missão junto da população refugiada e migrante.

## 2.4 Balanço e outros anexos

Relativamente às principais rubricas do balanço (**ANEXO 2**), verifica-se o seguinte:

O **Ativo**, no valor de **2 150 950,17 €**, subdivide-se em **Ativo não Corrente**, no montante de **64 149,07 €** — que engloba equipamentos de transporte, equipamento administrativo, edifícios e outras construções, bem como outros ativos financeiros não correntes — e **Ativo Corrente**, no valor de **2 086 801,10 €**. No que respeita ao Ativo Corrente, salientam-se a rubrica "Outras Contas a Receber", no montante de **1 513 779,71 €** (referente, maioritariamente, a fundos a receber de projetos de 2024 e 2025, cuja contabilização foi ajustada segundo as recomendações dos Revisores Oficiais de Contas no processo de certificação legal das contas do JRS Portugal), e a rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", no montante de **508 203,55 €**.

O **Passivo** totaliza o valor de **1 727 763,06 €**. O **Passivo não corrente**, de **2 051,00 €**, está associado às “Provisões”: as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Estas referem-se, nomeadamente, ao processo judicial 25700/22.0T8LSB (relacionado com uma ex-funcionária), cujo julgamento decorreu em 2023, aguardando-se ainda a sentença.

O **Passivo corrente** associa-se, entre outras, à rubrica “Outras Contas a pagar”, no montante de **336 706,44 €**. Este valor refere-se a remunerações a liquidar (férias, subsídios de férias e respetivos encargos), gastos de 2025 a pagar em 2026 e quantias a devolver no âmbito de acertos de contas de projetos finalizados.

Nos Diferimentos (Passivo), no montante de **1 305 965,19 €**, estão refletidas as verbas recebidas antecipadamente para projetos específicos já aprovados que serão utilizadas e justificadas nos próximos exercícios, bem como os montantes reconhecidos dos protocolos em execução celebrados em 2024 e 2025, com base nas recomendações dos ROC.

Os **Fundos Patrimoniais** apresentam o valor de **423 187,11 €**. Destacam-se os “Resultados transitados”, no montante de **340 627,02 €**, e as “Outras variações nos Fundos Patrimoniais”, com o valor de **33 760,92 €**, justificadas por subsídios (Santa Casa da Misericórdia) sujeitos a amortização anual. A rubrica “Fundos”, no valor de **50.647,34 €** corresponde ao capital inicial de constituição.

A análise das rubricas do Balanço demonstra uma estrutura financeira equilibrada e resiliente. O elevado peso dos Diferimentos no Passivo não representa um endividamento real perante terceiros, mas sim o reconhecimento de verbas já recebidas para a execução de projetos futuros. Esta configuração garante ao JRS Portugal uma margem de segurança operacional e previsibilidade de tesouraria para os exercícios de 2025 e 2026.

A manutenção de Fundos Patrimoniais positivos reforçada por uma gestão prudente dos Resultados Transitados, assegura a capacidade da instituição em honrar os seus compromissos e absorver eventuais contingências, como o desfecho do processo judicial mencionado.

Em suma, o rigor contabilístico aplicado — em estrito cumprimento das recomendações dos ROC e das normas do SNC-ESNL — reflete o compromisso da organização com a transparência e a sustentabilidade financeira, garantindo a continuidade da sua missão social e o fortalecimento das parcerias estratégicas com entidades públicas e privadas.

### **Outros Anexos**

Nos outros anexos ao presente relatório poderão ser analisadas principais dinâmicas de montantes relacionados com a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais (**ANEXO 3**) e dos Fluxos de Caixa (**ANEXO 4**), bem como as notas sobre as principais políticas de contabilidade e essenciais rubricas das demonstrações financeiras. (**ANEXO 5**).



### 3. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com as disposições estatutárias e a legislação em vigor para as Entidades do Setor Não Lucrativo, a Direção do JRS Portugal propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante negativo de - **1 848,17 €** (mil oitocentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos), seja integralmente transferido para a rubrica de **Resultados Transitados**.

### 4. Nota final

O exercício de 2025 consolidou um período de recuperação e reafirmação estratégica para o JRS Portugal, demonstrando a resiliência da instituição face à instabilidade nas políticas de financiamento público. Após os desafios de 2024, a organização estabilizou a sua dinâmica financeira, com um crescimento de 32,4% nos rendimentos e um aumento controlado de 24% nos gastos.

A análise detalhada do presente relatório permite destacar três eixos fundamentais:

1. **Eficiência Operacional e Rigor Orçamental:** O facto de as receitas terem crescido a um ritmo superior ao das despesas é o indicador mais forte de uma gestão eficiente. A expressiva redução de 53% nos custos de Apoio e Gestão evidencia a otimização da estrutura interna, canalizando os recursos prioritariamente para a atividade direta e para a missão humanitária.
2. **Foco no Impacto Social e Resiliência:** A concentração de 89% dos gastos em áreas de intervenção direta (Acolhimento, Acompanhamento e Mediação Sociocultural), aliada à execução eficaz de projetos estruturantes como o FAMI 2030, reforça o papel do JRS como parceiro essencial na execução de políticas públicas. Mesmo perante o encerramento de projetos estratégicos no final do ano, a instituição manteve a sua capacidade de resposta e compromisso.
3. **Equilíbrio e Sustentabilidade:** Embora a dependência de fundos públicos se mantenha elevada (83,8%), o aumento da confiança da sociedade civil — visível na superação das metas de consignação de IRS e no peso dos donativos (cerca de 14%) — confere à organização a autonomia necessária para a prossecução dos seus valores. Importa notar que a gestão cautelosa dos acréscimos de proveitos permitiu mitigar riscos de tesouraria decorrentes de atrasos nos reembolsos públicos.

Em conclusão, o JRS Portugal encerra o ano de 2025 numa situação de equilíbrio financeiro, com um resultado líquido residual que reflete uma gestão de "custo zero" para a instituição. Este cenário de sustentabilidade reafirma a reconhecida relevância social do JRS e garante a solidez necessária para enfrentar os desafios humanitários futuros com liberdade e capacidade de resposta.

A concretização da missão do JRS Portugal em 2025, num contexto de crescentes desafios sociais e operacionais, só foi possível graças à confiança e ao apoio incondicional de uma vasta rede de parceiros, doadores e colaboradores.

Expressamos o nosso profundo agradecimento:

- Aos nossos Financiadores e Parceiros Institucionais, nomeadamente ao Instituto da Segurança Social, I.P., à AIMA e à Autoridade de Gestão do FAMI 2030, pelo diálogo contínuo e pelo suporte indispensável ao desenvolvimento dos nossos projetos de acolhimento e integração.
- Aos nossos Parceiros Estratégicos, cujas doações e protocolos permitem colmatar lacunas críticas de financiamento e elevar a qualidade da nossa resposta humanitária.
- Aos Doadores Individuais e Benfeitores, cujo espírito de solidariedade e generosidade constitui o pilar da nossa independência e capacidade de intervenção em situações de emergência.
- À Equipa do JRS Portugal — colaboradores e voluntários —, pela dedicação, profissionalismo e humanismo com que, diariamente, acompanham, servem e defendem a população refugiada e migrante.

A todos, o nosso mais sincero obrigado. É convosco que continuaremos a construir um caminho de esperança e dignidade para todos os que nos procuram.

## 5. Anexos:

Anexo 1 - Demonstração dos Resultados por Natureza (2025 e 2024)

Anexo 2 – Balanço Individual (2025 e 2024)

Anexo 3 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais (2025 e 2024)

Anexo 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (2025 e 2024)

Anexo 5 – Anexo às Demonstrações Financeiras (2025)

Anexo 6 – Execução Orçamental 2025.

18 de março de 2026.

### A Direção:

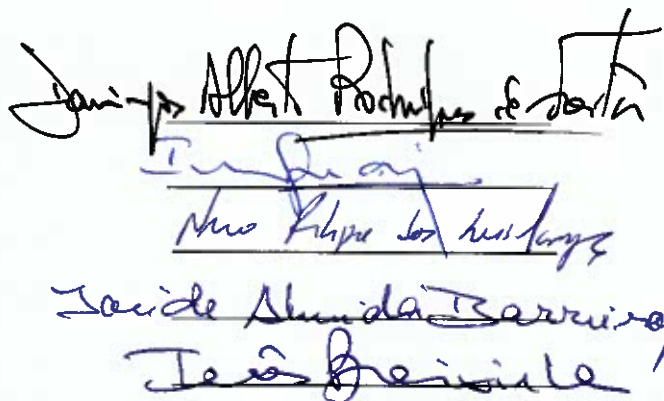
Presidente: Domingos Alberto Rodrigues de Freitas, sj

Vice-Presidente: Maria Irene Azevedo Guia, aci

Secretário: Nuno Filipe dos Reis Marques

Tesoureiro: José António de Almeida Barreiros

Vogal: Inês Susana Costa Braizinha



Handwritten signatures of the board members, including Domingos Alberto Rodrigues de Freitas, Maria Irene Azevedo Guia, Nuno Filipe dos Reis Marques, José António de Almeida Barreiros, and Inês Susana Costa Braizinha.

# JRS PORTUGAL - SERVIÇO JESUITA AOS REFUGIADOS

ANEXO 1

31/12/2025

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	7.1	912 019,33	-
Subsídios à exploração	9.1	2 284 496,85	2 413 275,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(307 447,81)	(193 280,46)
Fornecimentos e serviços externos	7.3	(360 292,41)	(336 465,73)
Gastos com o pessoal	11.1	(2 224 110,14)	(1 706 572,26)
Outros rendimentos e ganhos	7.2	10 884,96	9 749,63
Outros gastos	7.4	(291 398,43)	(289 765,40)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		24 152,35	(103 058,41)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(26 033,50)	(60 988,57)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		(1 881,15)	(164 046,98)
Juros e rendimentos similares obtidos	7.5	32,98	192,03
Juros e gastos similares suportados		-	(383,42)
<b>Resultado antes de impostos</b>		(1 848,17)	(164 238,37)
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(1 848,17)</b>	<b>(164 238,37)</b>

A Direção

*João de Jesus*

*Luís*

*Maria Helena dos Anjos*

*João de Almeida Carriros*

*Teó Beirão*

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Lúcia Sofia Ribeiro Simões Gonçalves**

Num. de Identificação: 14663544

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 98040**



**BALANÇO INDIVIDUAL**

DEZEMBRO 2025

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	38 946,48	63 196,48
Outros ativos financeiros	10.2	25 202,59	25 202,59
		64 149,07	88 399,07
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	10.4	18 570,52	-
Outras contas a receber	10.7	1 513 779,71	3 338 582,07
Diferimentos	10.8	6 171,20	1 168,43
Outros ativos financeiros	10.3	40 076,12	38 893,82
Caixa e depósitos bancários	10.1	508 203,55	1 166 338,24
		2 086 801,10	4 544 982,56
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 150 950,17</b>	<b>4 633 381,63</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Fundos		50 647,34	50 647,34
Resultados transitados		340 627,02	504 865,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	33 760,92	40 513,11
		425 035,28	596 025,84
Resultado líquido do período		(1 848,17)	(164 238,37)
		423 187,11	431 787,47
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>423 187,11</b>	<b>431 787,47</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	8	2 051,00	2 051,00
		2 051,00	2 051,00
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	10.5	10 748,45	12 411,17
Estado e outros entes públicos	10.6	72 040,83	56 403,98
Financiamentos obtidos	5	251,15	844,48
Outras contas a pagar	10.7	336 706,44	712 988,45
Diferimentos	10.8	1 305 965,19	3 416 895,08
		1 725 712,06	4 199 543,16
<b>Total do passivo</b>		<b>1 727 763,06</b>	<b>4 201 594,16</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>2 150 950,17</b>	<b>4 633 381,63</b>

A Direção

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Lúcia Sofia Ribeiro Simões Gonçalves**  
 Num. de Identificação: 14663544  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 98040**



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Montantes expressos em EUROS			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedente de revalorização	Ajustamentos sobre variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024</b>		50 647,34		495 908,47		47 465,30		8 956,92	602 778,03		602 778,03
<b>Alterações no período:</b>											
Primeira adoção do referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenciais de conversão de dem. financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	9			8 956,92				(6 752,19)	(6 752,19)		(6 752,19)
<b>Resultado líquido do período</b>				8 956,92				(6 752,19)	(6 752,19)		(6 752,19)
<b>Resultado integral</b>	4, 2-3							(164 238,38)	(164 238,38)		(164 238,38)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024</b>	8=1+2+3+4	50 647,34		504 865,39		40 513,11		164 238,38	431 787,46		431 787,46

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2025

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Montantes expressos em EUROS			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedente de revalorização	Ajustamentos sobre variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025</b>		50 647,34		504 865,39		40 513,11		164 238,38	431 787,46		431 787,46
<b>Alterações no período:</b>											
Primeira adoção do referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenciais de conversão de dem. financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	9			(164 238,37)				(6 752,19)	(6 752,18)		(6 752,18)
<b>Resultado líquido do período</b>				(164 238,37)				(6 752,19)	(6 752,18)		(6 752,18)
<b>Resultado integral</b>	9=7+8							(1 848,17)	(1 848,17)		(1 848,17)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025</b>	10	50 647,34		340 627,02		33 760,92		(1 848,17)	423 187,11		423 187,11

Assinado por: **Lúcia Sofia Ribeiro Simões Gonçalves**  
 Num. de Identificação: 14663544  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**  
 Atribuição de cad. nº: **11001**  
 98040 **Membro da OCC nº**

*João Brinda*  
*Luís Filipe Mendes*  
*João de Almeida Sarinay*

A Contabilista Certificada

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**

**DEZEMBRO 2025**

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	10.4	910 118,52	293 471,95
Pagamentos de apoios	7.4	(284 093,78)	(264 839,63)
Pagamentos a Fornecedores	10.5/6/7.3	(669 787,78)	(539 933,87)
Pagamentos ao Pessoal	11	(2 224 110,14)	(1 465 885,86)
Caixa gerada pelas operações		(2 267 873,18)	(1 977 187,41)
Outros recebimentos/pagamentos	7.4/9.1/9.3	1 465 364,85	813 286,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(802 508,33)	(1 163 900,63)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a : Ativos fixos tangíveis	4.3	1 783,50	
Recebimentos provenientes de : Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 783,50	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de : Doações	9.3	141 407,84	92 563,77
Outras operações de financiamento	7.2	1 776,87	1 330,55
Pagamentos respeitantes a : Outras operações de financiamento	7.4	(594,57)	(441,46)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		142 590,14	93 452,86
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(658 134,69)	(1 070 447,77)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 166 338,24	2 236 786,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		508 203,55	1 166 338,24

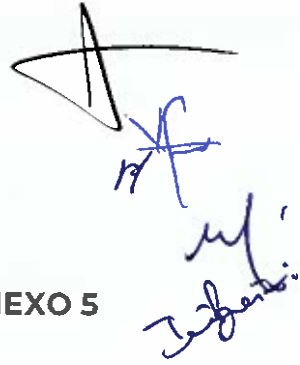
A Direção

*[Handwritten signatures]*  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Lúcia Sofia Ribello Simões Gonçalves**  
 Num. de identificação: 14663544  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC n° 98040**



  
17/11/2025  
M.  
J. Bento

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

## Índice

1	Identificação da entidade.....	2
1.1	Denominação da entidade.....	2
1.2	Lugar da sede social.....	2
1.3	Natureza da atividade.....	2
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	2
3	Políticas contabilísticas.....	3
3.1	Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	3
3.2	Outras Políticas Contabilísticas.....	3
a)	Ativos Fixos Tangíveis.....	3
b)	Rédito.....	3
c)	Juizos de valor, estimativas e pressupostos críticos.....	4
4	Ativos fixos tangíveis.....	4
4.1	Mensuração.....	4
4.2	Depreciação.....	4
5	Custos de empréstimos obtidos.....	4
6	Inventários.....	4
7	Rendimentos e gastos.....	5
7.1	Prestações de Serviços.....	5
7.2	Outros rendimentos e ganhos.....	5
7.3	Fornecimentos e serviços externos.....	5
7.4	Outros gastos e perdas.....	6
7.5	Juros obtidos de depósitos.....	6
8	Provisões.....	6
9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	6
9.1	Subsídios à Exploração.....	6
9.2	Subsídios das Entidades Públicas reconhecidas nos Fundos Patrimoniais.....	7
9.3	Doações.....	7
10	Instrumentos financeiros.....	7
10.1	Depósitos bancários.....	8
10.2	Investimentos Financeiros.....	8
10.3	Outros instrumentos financeiros.....	8
10.4	Clientes.....	8
10.5	Fornecedores.....	8
10.6	Estado e outros entes públicos.....	9
10.7	Outras contas a receber e a pagar.....	9
10.8	Diferimentos.....	9
11	Benefícios dos empregados.....	9
11.1	Número de empregados e outros colaboradores.....	9
11.2	Outros benefícios dos empregados.....	9
12	Acontecimentos após a data do balanço.....	10
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	10
14	Outras divulgações.....	10

*h*  
*af*  
*cy.*  
*Techeira*

## 1 Identificação da entidade

### 1.1 Denominação da entidade

O JRS PORTUGAL - SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA, com o NIPC 504 776 150 é uma Associação de Direito Privado constituída em 1998. A Associação é também uma Instituição Particular de Solidariedade Social devidamente registada na Direção-Geral de Segurança Social sob a inscrição nº 17/06.

### 1.2 Lugar da sede social

A entidade tem sede na Rua Rogério de Moura, Lote 59, na Freguesia de Santa Clara em Lisboa.

### 1.3 Natureza da atividade

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal), estabelecido em 1992, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que prossegue a missão de "Acompanhar, Servir e Defender" refugiados, deslocados à força e migrantes em situação de elevada vulnerabilidade social. A sua atuação prioriza a presença em contextos de maior necessidade e onde o apoio é escasso.

As atividades desenvolvidas pelo JRS Portugal durante o exercício de 2025 encontram-se detalhadamente descritas no Relatório de Atividades, um documento autónomo que complementa as presentes Demonstrações Financeiras.

Para a prossecução da sua missão, o JRS Portugal opera através de dois estabelecimentos principais, cujo funcionamento é suportado por Acordos de Cooperação Atípicos celebrados com a Segurança Social:

- **Centro de Atendimento** (Sede);
- **Centro de Acolhimento Temporário – Centro Pedro Arrupe**: Situado na Rua Fernanda Alves, Lote 10/11, Lojas A e B, Freguesia de Santa Clara.

Adicionalmente, o JRS Portugal estende a sua intervenção a nível nacional, operando em diversos outros estabelecimentos (arrendados ou cedidos através de contratos de comodato), em parceria com várias instituições públicas e privadas. As valências de atuação da entidade abrangem:

- *Atendimento e Acompanhamento Social*: Desenvolvido ao abrigo de Acordo de Cooperação Atípico com o Instituto da Segurança Social / Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa.

- *Centro de Alojamento Temporário – Centro Pedro Arrupe*: Operacionalizado sob Acordo de Cooperação Atípico com o Instituto da Segurança Social / Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa.

- *Outros Projetos Sociais*: Inclui diversos projetos e iniciativas sociais implementados em todo o território nacional, resultantes de parcerias com entidades públicas e privadas, não abrangidos pelos acordos de cooperação com a Segurança Social.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Código de Contas para as ESNL: Portaria nº 218/2015 de 24 de julho;
- Modelo de Demonstrações Financeiras: Portaria nº 220/2015 de 23 de julho;

*[Handwritten signature]*

- NCRF-ESNL – Aviso nº 8529/2015 de 29 de julho;
- Decreto-Lei n.º 98/2015;
- Normas interpretativas (NI).

### 3 Políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras do JRS foram preparadas de acordo com Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) aprovadas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Compensação;
- Comparação.

#### 3.2 Outras Políticas Contabilísticas

##### a) Ativos Fixos Tangíveis

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas utilizadas que estão de acordo com o DR 25/2009, e que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

##### b) Rédito

O rédito de prestações de serviços é reconhecido pelo valor líquido de impostos e descontos. Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança razoável do seu recebimento, sendo imputados aos resultados em função dos gastos que visam compensar.

#### **Protocolos e Acordos de Cooperação (FAQ 39 da CNC)**

A partir de 1 de janeiro de 2025, a Entidade harmonizou o tratamento contabilístico das verbas provenientes de protocolos com entidades públicas (AIMA, PSP e Municípios) com a orientação da FAQ 39 da CNC (atualizada em setembro de 2024). Estas verbas são classificadas como Prestações de Serviços (Conta 72) com base nos seguintes fundamentos:

- **Substância Económica:** Os acordos configuram transações com troca (relação sinalagmática), onde a Entidade presta serviços específicos que respondem a competências das contrapartes públicas.
- **Formalização:** O rédito é reconhecido à medida do cumprimento das obrigações contratuais, sendo a emissão de faturação o suporte documental que formaliza a conclusão da prestação.
- **Aplicação Temporal:** Embora a FAQ 39 tenha sido atualizada no final de 2024, a Entidade adotou este critério de forma integral apenas em 2025 para garantir a consistência e comparabilidade dos registos do exercício anterior.

Esta política assegura que as demonstrações financeiras refletem a natureza económica das parcerias e o pleno alinhamento com as diretrizes da CNC para o setor.

### c) Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados determinados pressupostos e estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos, bem como dos rendimentos e gastos reportados. Todas as estimativas e pressupostos considerados pela entidade foram efetuados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, relativamente aos eventos e transações em curso.

## 4 Ativos fixos tangíveis

### 4.1 Mensuração

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra e todos os custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo na localização e condição necessárias para que possa operar da forma pretendida pela entidade.

### 4.2 Depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método da linha reta, ao longo da vida útil estimada dos bens, a qual é revista sempre que se justifique, em conformidade com o padrão esperado de consumo do respetivo potencial de serviço. Para efeitos de determinação das vidas úteis, são utilizadas como referência as taxas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, sem prejuízo de ajustamentos sempre que a vida útil estimada difira daquelas taxas. O processo de depreciação inicia-se quando o ativo se encontra disponível para uso.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis (AFT) constantes do balanço, bem como as depreciações e amortizações relativas ao presente exercício, encontram-se devidamente evidenciados no quadro seguinte:

		Edif. e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. Administrativo	Outros AFT	TOTAL
Início do Período	Valor de aquisição	90.894,86 €	74.539,93 €	108.736,37 €	172.597,36 €	6.644,40 €	453.412,92 €
	Dep. acumuladas	50.381,75 €	74.539,93 €	86.252,14 €	172.597,36 €	6.445,26 €	390.216,44 €
Adições do período		- €	- €	- €	- €	1.783,50 €	1.783,50 €
Depreciações do período		6.752,19 €	- €	18.859,24 €	- €	422,07 €	26.033,50 €
<b>Quantia escriturada no fim do período</b>		<b>33.760,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>3.624,99 €</b>	<b>- €</b>	<b>1.560,57 €</b>	<b>38.946,48 €</b>

## 5 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (cartão de crédito) são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, não existindo custos capitalizados em ativos. A 31 de dezembro de 2025 o saldo era de 251,15€.

## 6 Inventários

A rubrica "inventários" apresentava os seguintes valores:

Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	2025	2024
Existências iniciais	- €	- €
Compras	307.447,81 €	193.280,46 €
Existências finais	- €	- €
Gasto no exercício	307.447,81 €	193.280,46 €

A entidade não mantém inventários no final do período.

## 7 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos no período a que respeitam, em conformidade com o princípio do regime do acréscimo, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Quando o valor efetivo de um rendimento ou gasto não é determinável, procede-se à sua estimativa com base em critérios objetivos e fiáveis.

*m.*  
*J. J. J.*  
*J. J. J.*

### 7.1 Prestações de Serviços

O detalhe das prestações de serviços é apresentado na tabela seguinte:

Entidade	Valor
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	836.476,76 €
PSP - Polícia de Segurança Pública	42.505,00 €
CM PORTO - Câmara Municipal do Porto	33.037,57 €
TOTAL	912.019,33 €

Em 2024, esta rubrica apresentava um saldo nulo. Esta variação deve-se à reclassificação contabilística de protocolos celebrados com entidades públicas (nomeadamente AIMA e PSP), em conformidade com a política de reconhecimento de réditos adotada a 1 de janeiro de 2025. Com a aplicação da **FAQ 39 da CNC**, estas verbas passaram a ser classificadas como Prestações de Serviços (Conta 72) por configurarem transações com troca, em detrimento do seu reconhecimento anterior como subsídios.

### 7.2 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe das rubricas que compreendem a conta "78 - outros rendimentos e ganhos" é apresentada da seguinte forma:

Rubrica	2025	2024
Correções relativas a período anteriores	1.736,77 €	748,42 €
Imputação para subsídio de investimento – SCML	6.752,19 €	6.752,19 €
Ganhos em instrumentos financeiros	1.776,87 €	1.330,55 €
Diferenças por arredondamentos	0,14 €	- €
Outros não especificados	618,99 €	918,47 €
TOTAL	10.884,96 €	9.749,63 €

### 7.3 Fornecimentos e serviços externos

A conta 62 – Fornecimentos e serviços externos está dividida da seguinte forma:

Rubrica	2025	2024
Serviços especializados	117.908,37 €	121.542,77 €
Materiais	23.792,19 €	26.011,01 €
Energia e fluidos	58.492,82 €	57.903,00 €
Deslocações, estadas e transportes	15.746,47 €	16.743,43 €
Serviços diversos	144.352,56 €	114.265,52 €
TOTAL	360.292,41 €	336.465,73 €

## 7.4 Outros gastos e perdas

A conta 68 – Outros gastos e perdas encontra-se subdividida da seguinte forma:

Rubrica	2025	2024
Impostos	612,55 €	133,11 €
Correções relativas a períodos anteriores	2.962,10 €	22.966,14 €
Donativos	- €	1.000,00 €
Quotizações	100,00 €	342,50 €
Perdas em instrumentos financeiros	594,57 €	441,46 €
Diferenças por arredondamentos	2,43 €	- €
Outros não especificados	3.033,00 €	42,56 €
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	284.093,78 €	264.839,63 €
<b>TOTAL</b>	<b>291.398,43 €</b>	<b>289.765,40 €</b>

## 7.5 Juros obtidos de depósitos

Em 2025, esta rubrica apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
Juros obtidos de depósitos	32,98 €	192,03 €

## 8 Provisões

A entidade reconhece provisões quando, à data do balanço, possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar essa obrigação e o seu montante possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

Neste contexto, foi reconhecida uma provisão relativa ao processo judicial n.º 25700/22.0T8LSB, intentado por uma ex-funcionária. Embora o julgamento tenha ocorrido em 2023, a sentença final ainda não foi proferida. A quantia da provisão reflete a melhor estimativa da responsabilidade potencial da entidade à data do balanço, considerando a probabilidade de um exfluxo de recursos e a incerteza inerente quanto ao valor final e à data de ocorrência da liquidação.

Rubrica	2025	2024
Provisões	2.051,00 €	2.051,00 €

## 9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

### 9.1 Subsídios à Exploração

Os subsídios relacionados com a exploração são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados de forma sistemática, ao longo dos períodos necessários para fazer corresponder os gastos a que se destinam. Este reconhecimento ocorre à medida que as condições associadas à sua concessão são cumpridas e os custos elegíveis são incorridos.

À data de 31 de dezembro de 2025, a composição dos subsídios à exploração era a seguinte:

Entidade	2025	2024
Instituto Segurança Social	265.734,48 €	277.556,85 €
AIMA, I.P. - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	447.733,83 €	1.104.573,28 €
AD&C, I.P. - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	582.083,34 €	509.004,60 €
Secretaria Geral	- €	(93.952,35€)
PSP - Polícia de Segurança Pública	- €	37.039,82 €
CMP - Câmara Municipal do Porto	- €	27.914,72 €
Acréscimos de Projetos - AD&C	373.094,15 €	- €
Acréscimos de Projetos - AIMA	105.918,29 €	- €
<b>TOTAL - Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.774.564,09 €</b>	<b>1.862.136,92 €</b>
Fundação Calouste Gulbenkian	- €	3.850,55 €
JRS Europa	21.394,74 €	95.444,65 €
Veneto Insieme	- €	4.904,98 €
JRS IO/USA	16.092,55 €	55.962,34 €
BNP Paribas	28.002,80 €	54.226,98 €
Junta de Freguesia do Bonfim	- €	20.000,00 €
<b>TOTAL - Subsídios de outras entidades</b>	<b>65.490,09 €</b>	<b>234.389,50 €</b>
Donativos em dinheiro	141.407,84 €	92.563,77 €
Donativos em espécie	264.627,93 €	189.481,08 €
<b>TOTAL - Donativos</b>	<b>406.035,77 €</b>	<b>282.044,85 €</b>
Consignação IRS / IVA	38.406,90 €	34.704,54 €
<b>TOTAL - Subsídios à Exploração</b>	<b>2.284.496,85 €</b>	<b>2.413.275,81 €</b>

## 9.2 Subsídios das Entidades Públicas reconhecidas nos Fundos Patrimoniais

Os subsídios para ativos são inicialmente reconhecidos como passivos (diferimentos) e imputados a resultados ao longo da vida útil dos ativos.

No presente exercício, foi reconhecido um subsídio relacionado com o edifício, proveniente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Em conformidade com a política de reconhecimento, a quantia de 6.752,19€ foi contabilizada na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais", refletindo a imputação do subsídio ao longo da vida útil do ativo ou o cumprimento de condições específicas.

## 9.3 Doações

A sustentabilidade financeira da entidade e a prossecução da sua missão social assentam, em grande parte, na generosidade de doadores individuais e empresariais, bem como em outras fontes de financiamento de natureza privada. Estes apoios são basilares para o suporte das valências de atendimento, acolhimento e acompanhamento de refugiados e migrantes.

À data de 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de fundos de natureza privada, especificamente as doações e consignações, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Donativos em dinheiro	141.407,84 €	92.563,77 €
Donativos em espécie	264.627,93 €	189.481,08 €
Consignação IRS / IVA	38.406,90 €	34.704,54 €
<b>TOTAL</b>	<b>444.442,67 €</b>	<b>316.749,39 €</b>

## 10 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados, para os quais os custos de transação são reconhecidos imediatamente nos resultados. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com

as categorias definidas na NCRF-ESNL. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa dos ativos financeiros expiram ou são transferidos, e os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação é extinta.

### 10.1 Depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2025, os depósitos bancários do JRS estavam compostos da seguinte forma:

Descrição		2025	2024
Depósitos à Ordem	BPI	47.591,46 €	114.313,73 €
	CGD	33.808,09 €	196.908,18 €
	Montepio	44.304,00 €	40.116,33 €
TOTAL		125.703,55 €	351.338,24 €
Depósitos a Prazo	BPI	200.000,00 €	300.000,00 €
	Montepio	182.500,00 €	515.000,00 €
	TOTAL	382.500,00 €	815.000,00 €

### 10.2 Investimentos Financeiros

A 31/12/2025 a Rubrica de Investimentos Financeiros do JRS Portugal tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Fundo de Reestruturação do Sector Solidário	237,34 €	237,34 €
FCT – Fundo de Compensação do Trabalho	24.965,25 €	24.965,25 €
TOTAL	25.202,59 €	25.202,59 €

### 10.3 Outros instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

A rubrica "Outros Instrumentos Financeiros" refere-se a ativos financeiros detidos para negociação, geridos através da instituição financeira Biz Capital (Intervalores). Estes instrumentos são mensurados ao Justo Valor, sendo as variações registadas diretamente na Demonstração de Resultados.

	2025	2024
Outros ativos financeiros	40.076,12 €	38.893,82 €

### 10.4 Clientes

Em 31/12/2025 a rubrica Clientes apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
Clientes	18.570,52 €	- €

A variação verificada no saldo da rubrica 'Clientes' em 2025, face ao exercício de 2024, decorre da reclassificação contabilística de protocolos celebrados com entidades públicas (nomeadamente AIMA e PSP). Em conformidade com a política de reconhecimento de rédito adotada a 1 de janeiro de 2025 (ver Nota de Rédito), estas verbas passaram a ser classificadas como Prestações de Serviços (Conta 72), configurando dívidas de natureza comercial por contrapartida de transações com troca, em detrimento do seu reconhecimento anterior como subsídios.

### 10.5 Fornecedores

A 31/12/2025 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
Fornecedores	10 658,45 €	12 411,17 €

## 10.6 Estado e outros entes públicos

A rubrica "Estado e outros entes Públicos" apresentava-se como se segue:

	2025	2024
Trabalho Dependente	16.678,00 €	11.129,00 €
Rendimentos Profissionais	80,50 €	25,00 €
Prediais – Rendimento coletivo	77,13 €	75,50 €
Contribuições para a Segurança Social	55.205,20 €	45.174,48 €
TOTAL	72.040,83 €	56.403,98 €

## 10.7 Outras contas a receber e a pagar

	2025	2024
Acréscimos de Proveitos de Projetos	35.666,91 €	34.439,68 €
Remunerações a liquidar	(161.207,86 €)	(240.686,40 €)
Total Devedores e Credores por Acréscimos	(125.540,95 €)	(206.246,72 €)
Devedores Diversos	1.478.022,80 €	3.304.142,39 €
Credores Diversos	(172.391,24 €)	(472.302,05 €)
Total outros devedores e credores	1.305.631,56 €	2.831.840,34 €
TOTAL	1.180.090,61 €	2.625.593,62 €

## 10.8 Diferimentos

	2025	2024
Gastos a reconhecer	6.171,20 €	1.168,43 €
Rendimentos a reconhecer – Projetos*	(1.305.965,19 €)	(3.416.895,08€)
TOTAL	(1.299.793,99 €)	(3.415.726,65 €)

\*Estes montantes correspondem a adiantamentos de financiamento recebidos no âmbito de projetos plurianuais, cujo reconhecimento em resultados ocorre à medida da execução dos respetivos gastos elegíveis.

## 11 Benefícios dos empregados

### 11.1 Número de empregados e outros colaboradores

Para a prossecução da sua missão de "Acompanhar, Servir e Defender", o JRS Portugal contou, durante o exercício de 2025, com a colaboração das seguintes equipas:

- Número médio de colaboradores remunerados: 101.
- Voluntários: 122, que desempenham um papel fundamental no apoio às diversas valências de atendimento e acolhimento da Associação.
- Estagiários curriculares: 15, integrados em ambiente de trabalho para apoio técnico e aprendizagem nas áreas de atuação da entidade.

Os custos com o pessoal que a Entidade incorreu em 2025 são as seguintes:

Rubrica	2025	2024
Remunerações do Pessoal	1.771.799,91 €	1.397.025,14 €
Indemnizações	68.612,28 €	2.186,71 €
Encargos sobre Remunerações*	367.806,49 €	289.897,41 €
Seg. de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	7.714,23 €	5.417,17 €
Outros gastos com o pessoal	8.177,23 €	12.045,83 €
TOTAL	2.224.110,14 €	1.706.572,26 €

\* inclui valor dos acréscimos de férias e subsídio de férias de 2025.

### 11.2 Outros benefícios dos empregados

A entidade disponibiliza aos seus colaboradores um plano de seguro de saúde, cuja política de encargos se rege pelos seguintes critérios:

- Comparticipação da Entidade: O JRS Portugal suporta 50% do valor do prémio do seguro de saúde dos seus colaboradores.

- **Encargos dos Colaboradores:** Os restantes 50% do prémio são suportados pelo colaborador. Adicionalmente, é facultada a inclusão de membros do agregado familiar na apólice, sendo que, nestes casos, o custo correspondente é suportado na totalidade pelo colaborador.

- **Reconhecimento Contabilístico:** Os gastos relativos à participação da entidade são reconhecidos na demonstração de resultados no período a que respeitam, em conformidade com o regime do acréscimo.

## 12 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A 31 de dezembro de 2025 a situação contributiva perante a Segurança Social e o Estado encontra-se regularizada.

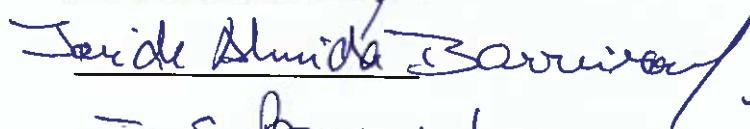
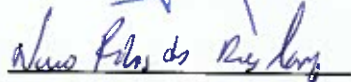
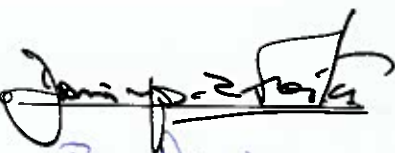
## 14 Outras divulgações

No exercício de 2025, o JRS Portugal registou um aumento de 32,4% nos rendimentos e de 24,0% nos gastos face ao exercício anterior, refletindo a evolução da atividade da entidade.


A maioria dos gastos (cerca de 89%) manteve-se afeta às áreas de intervenção direta, nomeadamente acolhimento, acompanhamento e mediação sociocultural. O financiamento da atividade continuou a assentar maioritariamente em fundos públicos (83,8%), no âmbito da execução de projetos financiados, designadamente no programa FAMI 2030, complementado por donativos e consignação de IRS (cerca de 14%).

A entidade encerrou o exercício com um resultado líquido próximo do equilíbrio, refletindo uma gestão orientada para a aplicação dos recursos na prossecução da sua atividade e missão estatutária.

A Direção



A Contabilista Certificada

Assinado por: **Lúcia Sofia Ribeiro Simões Gonçalves**  
Num. de Identificação: 14663544  
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 98040**  


*Handwritten signature and date:*  
 31/12/2025  
 ANEXO 6

Saldo previsional de tesouraria para o final de 2024 (em euros)	Saldo de tesouraria 31/12/2024	Saldo de tesouraria 31/12/2025
Depósitos à Ordem CCD	125 000,00	196 938,16
Depósitos à Ordem Montepio	20 000,00	32 050,88
Cartões pré-pagos Montepio	10 000,00	8 065,45
Depósitos a Prazo Montepio	490 000,00	515 000,00
Depósitos à Ordem BPI	25 000,00	114 313,73
Depósitos a Prazo BPI	300 000,00	300 000,00
BIZ Valor	38 500,00	38 893,82
Acerto projetos a decorrer	960 000,00	861 843,66
<b>Total do Saldo (1):</b>	<b>48 500,00</b>	<b>359 038,04</b>

31/12/2025

Recetas de 2025:		Orçamentado	Executado	% execução	Despesas de 2025:		Orçamentado	% orç	Executado	% execução
<b>1. Centro de Atendimento (Acordo Seg. Social)</b>										
1	Seg. Social	113 577,00	121 200,36		Área de Acompanhamento		154 897,00		161 724,07	
					1.1	Social	41 261,05		44 708,19	
					1.1.1	Apoio sócio-legal	41 261,05		44 708,19	
					1.2	Saúde	25 653,70		17 011,72	
					1.2.1	Apoio médico e medicamentoso	1 000,00		44,25	
					1.2.2	Apoio saúde (Apoio psicológico)	24 653,70		16 967,47	
					1.3	Emprego / Academia JRS	28 934,20		32 754,23	
					1.3.1	Encaminhamento e orientação profissional	28 934,20		32 754,23	
					1.4	Jurídico	500,00		0,00	
					1.4.1	Apoio Jurídico	500,00		0,00	
					1.5	Comunicação e Advocacy	1 000,00		0,00	
					1.5.1	Gestão de conteúdos e publicações	1 000,00		0,00	
					1.6	Voluntariado	500,00		373,18	
					1.6.1	Voluntariado	500,00		373,18	
					1.7	Outras	57 048,05		66 876,75	
					1.7.1	Representação / Gestão	3 000,00		5337,63	
					1.7.2	Funcionamento / Custos com utentes	49 048,05		60 214,44	
					1.7.3	Atividades equipa	4 000,00		1414,68	
					1.7.4	Angariação fundos / organização eventos	1 000,00		0,00	
		113 577,00	121 200,36				154 897,00	74%	161 724,07	75%
						<b>SUPERÁVIT / DÉFICE</b>	<b>-41 320,00</b>	<b>-26,60%</b>	<b>-40 523,71</b>	<b>-25,06%</b>
<b>2. Projectos específicos</b>										
2					Área de Acompanhamento		697 075,73		573 951,13	
					2.1	Social	114 473,26		134 776,31	
2.1.5	FAMI 2030 AJMA	95 125,11 31 708,37	109 399,44 36 466,48		2.1.5	Projeto CLAIM 3.0 (SOCIAL 35%)	114 473,26		129 939,27	
2.1.6	JRS Europa	0,00	4 827,00		2.1.6	Projeto Hardship Fund	0,00		4 837,04	
2.2.2	FAMI 2030 AJMA	54 357,20 18 119,07	44 534,28 14 844,76		2.2.2	Projeto CLAIM 3.0 (SAÚDE 20%)	65 413,29		60 481,56	
2.3.2	FAMI 2030 AJMA	54 357,20 18 119,07	44 534,28 14 844,76		2.3.2	Projeto CLAIM 3.0 (EMPREGO 20%)	65 413,29		59 701,50	
2.3.3	FAMI 2030 AJMA	107 397,47 35 799,16	93 972,22 31 324,07		2.3.3	Projeto PALAVRAS CRUZADAS	130 283,30		106 667,43	
2.3.6	BNP Paribas	0,00	28 002,80		2.3.6	Projeto Talents Skills Academy	0,00		35 142,36	
2.4.1	FAMI 2030 AJMA	67 946,51 22 648,84	43 566,15 14 522,05		2.4.1	Apoio Jurídico	81 766,62		48 680,61	
2.5.5	JRS Europa / Erasmus+	24 250,29	16 567,74		2.5.5	Projeto CLAIM 3.0 (JURÍDICO 25%)	81 766,62		48 680,61	
2.6.1	JRS Europa	2 046,07	0,00		2.5	Comunicação e Advocacy	24 250,29		16 563,64	
2.6.2	Cominação IRS	35 000,00	38 406,90		2.5.5	Projeto T4Change (Together For Change)	24 250,29		16 563,64	
2.6.3	Ganhos financeiros / Outros	200,00	4 165,75		2.6	Outras	215 475,67		111 937,72	
2.6.3	Donativos	35 000,00	80 439,99		2.6.1	Relações externas / Internacionais	2 000,00		8 583,27	
					2.6.2	Funcionamento / RH / Custos com utentes	213 475,67		103 374,45	
		602 074,35	620 418,67				697 075,73		573 951,13	
						<b>SUPERÁVIT / DÉFICE</b>	<b>-95 001,38</b>	<b>-13,63%</b>	<b>46 467,54</b>	<b>8,10%</b>
<b>3. Mediação Socio-Cultural</b>										
3					3.1	Área de Mediação Sociocultural	29 530,70		31 084,44	
3.2.1	CM Porto (Prestação Serviços)	29 530,70	33 037,57		3.2.1	Mediadores Câmara Municipal Porto	29 530,70		31 084,44	
		29 530,70	33 037,57				29 530,70		31 084,44	
						<b>SUPERÁVIT / DÉFICE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1 953,13</b>	<b>6,28%</b>
<b>4. Mediação Socio-Cultural</b>										
4					4.1	Área de Mediação Sociocultural	659 575,16		546 817,88	
4.1.1	AJMA	480 728,58	235 285,14		4.1.1	Mediadores AJMA	484 706,58		214 907,31	
4.1.2	AJMA Administrativo	37 440,00	1 227,23		4.2.1	Mediadores EMAMA	174 868,58		331 910,77	
4.2.1	AJMA (Prestação Serviços)	198 480,00	387 113,06				659 575,16		546 817,88	
		716 618,58	623 625,43			<b>SUPERÁVIT / DÉFICE</b>	<b>57 043,42</b>	<b>8,65%</b>	<b>76 807,55</b>	<b>14,05%</b>

